

## **O fenômeno despovoamento em Minas Gerais: contribuições para as políticas públicas**

Denise Helena França Marques<sup>1</sup>

Frederico Poley Martins Ferreira<sup>2</sup>

### **Resumo**

O objetivo deste trabalho é investigar a redução líquida de população de Minas Gerais e, em última análise, sua tendência de despovoamento em regiões específicas, principalmente, em áreas urbanas, aspecto que nas últimas décadas se restringiu às áreas rurais. A partir de projeções populacionais das mesorregiões do estado, por situação de domicílio, até o ano de 2040, é possível verificar o importante papel dos saldos migratórios no processo, principalmente no curto prazo, e mais recentemente, o peso das taxas de fecundidade nessas explicações. As conclusões apontam para a necessidade de políticas públicas que estimulem a permanência das pessoas nessas regiões.

**Palavras chave:** despovoamento; áreas urbanas; áreas rurais; Minas Gerais

**Área temática:** Políticas públicas e planejamento regional e urbano

---

<sup>1</sup> Pesquisadora da Fundação João Pinheiro.

<sup>2</sup> Pesquisador da Fundação João Pinheiro

## **O fenômeno despovoamento em Minas Gerais: contribuições para as políticas públicas**

### **1.Introdução**

Desde Malthus, no final do século XVIII, com sua teoria pessimista sobre a relação entre crescimento populacional e os meios de subsistência, até os dias atuais, a preocupação com o volume da população ocupa um lugar de destaque na literatura especializada. A teoria malthusiana serviu de pilar para vários estudos sobre o crescimento demográfico. De um lado as vertentes que viam o fenômeno como positivo, impulsionador da modernização da sociedade e do desenvolvimento econômico, de outro, aquelas que relacionavam tal fenômeno à escassez de alimentos, de energia e destruição da natureza (MATOS, 2012).

Essa última vertente despertou a atenção de governos e instituições e foi inserida na agenda política internacional após a Segunda Guerra Mundial. Nos anos de 1950, grande parte dos países desenvolvidos já caminhava em direção à transição demográfica e, conseqüentemente, ao arrefecimento do crescimento populacional, ao passo que os países considerados subdesenvolvidos começavam a vivenciar a transição, com a queda da mortalidade e a manutenção de altas taxas de fecundidade, apresentando elevadas taxas de crescimento populacional “muito acima daquelas observadas entre os países mais desenvolvidos em toda a sua história pós-revolução industrial” (CARVALHO e BRITO, 2005, p.352). A preocupação, portanto, recaiu-se sobre o rápido crescimento demográfico dos países subdesenvolvidos que se tornaram alvo das políticas de controle de natalidade.

No Brasil, o ritmo de crescimento populacional foi bastante acelerado entre as décadas de 1940 e 1970, quando sua população mais que dobrou, passando de 41 milhões, para 93 milhões de pessoas, respectivamente (CARVALHO, 2004). Tal incremento deveu-se ao crescimento vegetativo (diferença entre a taxa bruta de natalidade e a taxa bruta de mortalidade), uma vez o país não apresentou saldos migratórios internacionais expressivos. De fato, a partir da segunda metade do século XX os níveis de mortalidade da população brasileira começaram decrescer e tal queda, combinada à manutenção de altos níveis de fecundidade (mais de seis filhos por mulher ao final da vida reprodutiva), resultou em taxas de crescimento muito elevadas. Foi a primeira fase da transição demográfica no país.

Assim como aconteceu em diversos países, no Brasil a preocupação a respeito da dimensão demográfica recaiu-se sobre o comportamento político das classes mais pobres que poderiam se mobilizar e organizar uma revolução. Tal preocupação fundamentava-se na organização das Ligas Camponesas no nordeste brasileiro, no final da década de 1950 e início dos anos de 1960, e na Revolução Socialista cubana (CARVALHO e BRITO, 2005). Somou-se a isso o impacto da Guerra Fria, com os Estados Unidos estabelecendo suas estratégias de colaboração econômica, política e militar com os países da América Latina. Nesse cenário, o que existia de otimismo demográfico transformou-se em pessimismo de cunho malthusiano, no qual acreditava-se que a única forma de redução da população seria por meio de políticas de controle da natalidade. Não obstante, a influência norte-americana sobre a política de controle da prole no Brasil não reverberou como esperado.

O crescimento demográfico brasileiro não entrou na agenda do governo militar por falta de consenso entre seus grupos. De um lado os militares que defendiam o crescimento da população e sua redistribuição no território nacional, como estratégia de segurança nacional. De outro, os tecnocratas que acreditavam que a redução da pobreza e o crescimento da economia seriam favorecidos se o ritmo de crescimento da população fosse menor. Essas discrepâncias levaram à omissão da questão e o favorecimento do livre acesso de organizações nacionais e

internacionais de inspiração neomalthusiana à população mais pobre, principalmente aquela residente na região nordeste do Brasil (CARVALHO e BRITO, 2005).

Concomitante ao acelerado crescimento da população brasileira entre as décadas de 1940 e 1970, observa-se tendência crescente do grau de urbanização no país em virtude, principalmente, das migrações internas. De acordo com Brito, Horta e Amaral (2001), entre 1960 e 1980, estima-se que as migrações foram responsáveis por mais da metade do crescimento da população urbana no país. O Censo de 1970 foi o primeiro a registrar uma população urbana superior à população rural. As migrações internas redistribuíram a população do campo para as cidades, sobremaneira em direção às regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, onde o intenso crescimento urbano industrial atraía grande contingente de mão de obra.

Os anos de 1970 também revelaram o início do arrefecimento do ritmo de crescimento da população urbana, acentuado no decênio de 1980 e suavizado na década de 1990, em virtude da redução acelerada das taxas de fecundidade e da diminuição da migração rural-urbana. Destaca-se que o ciclo de expansão urbana brasileiro até 1980 ocorreu predominantemente em direção às grandes cidades, mais especificamente àquelas com mais de 500 mil habitantes. Até 1980, mais da metade da população urbana residia em cidades maiores do que 100 mil habitantes e um terço em cidades maiores do que 500 mil. Após a década de 1980, observa-se acentuação da desaceleração do incremento da população urbana e uma desconcentração “relativa favorável a uma maior participação das cidades com uma população entre 100 e 500 mil” (BRITO, HORTA e AMARAL, 2001, p.6).

Os dados censitários de 1991 vieram confirmar a tendência de declínio da fecundidade no Brasil e a redução no ritmo de crescimento de sua população. O processo de envelhecimento da população brasileira tornou-se cada vez mais nítido, ocasionando mudanças na composição etária por meio da diminuição relativa da população com até 15 anos de idade e incremento relativo da população em idade ativa e dos idosos (CARVALHO, 2004).

A partir dessa época, o foco das preocupações com as questões demográficas no país se deslocou da temática das elevadas taxas de crescimento populacional e suas consequências para os centros urbanos para o envelhecimento da população e suas consequências econômicas e sociais. As profundas transformações demográficas e o envelhecimento da estrutura etária passaram a ser encarados como importantes subsídios para a reorientação das políticas públicas brasileiras.

O envelhecimento populacional há muito vem recebendo atenção da literatura especializada (LEE, 2003; UN, 2015). Apesar de o tema ser relativamente recente no Brasil, seu impacto tem pautado importantes discussões, especialmente quanto ao encerramento do denominado bônus demográfico e a necessidade de reforma na previdência social (PAIVA e WAJNMAN, 2005; BRITO, 2008; ALVES, VASCONCELOS e ALVES, 2010).

Diferentemente da relevância que a temática do envelhecimento populacional assumiu nos países desenvolvidos e vem assumindo nos países em desenvolvimento, principalmente no final do século XX e início do XXI, o tema despovoamento tem recebido pouca atenção (FERREIRA et al, 2012; JOHNSON, FIELD e POSTON, 2015). Na literatura internacional é possível encontrar alguns autores que têm se debruçando sobre o despovoamento de países do leste europeu, como Polônia e Ucrânia (RECHLOWICZ e TKOCZ, 2013), Portugal (GUIMARÃES, BARREIRA e PANAGOPOULOS, 2013), Espanha (PINILLA, AYUDA e SÁEZ, 2008), Estados Unidos (COLEMAN e ROWTHORN, 2011; JOHNSON, FIELD e POSTON, 2015) e Japão (MATANLE e SATO, 2010). No Brasil, o tema ainda é pouco explorado e não é objeto de estudos sistemáticos (TELÓ e DAVID, 2012; SILVA e QUEIROZ, 2014).

Assim sendo, com o objetivo de preencher em parte essa lacuna na literatura nacional, o trabalho que ora se apresenta analisa a redução líquida de população de Minas Gerais e, em última análise, sua tendência de despovoamento em regiões específicas, principalmente, em áreas urbanas, aspecto que nas últimas décadas se restringiu às áreas rurais.

A partir da análise das transformações demográficas recentes no estado, verifica-se o importante papel dos saldos migratórios no processo, principalmente no curto prazo, e mais recentemente, o peso das taxas de fecundidade nessas explicações.

Este capítulo está estruturado em quatro partes além dessa introdução. Na segunda parte é realizada uma revisão da bibliografia sobre a temática do despovoamento no Brasil e no mundo. Na terceira é analisada a dinâmica demográfica do estado de Minas Gerais desde a década de 1970, com base nos dados censitários, até 2050, com base nas projeções populacionais, bem como as projeções populacionais, por mesorregiões. Maior atenção é dada àquelas mesorregiões onde haverá decréscimo de população nos próximos anos. Em seguida, é feita uma comparação entre os achados da pesquisa e a literatura sobre despovoamento, além de destacar algumas conclusões.

## **2. Algumas trajetórias de despovoamento**

Antes de analisar de forma mais direta os impactos do despovoamento em Minas Gerais e nas políticas públicas propriamente ditas, vale observar, rapidamente, outras trajetórias de despovoamento, no país e mesmo no mundo.

No Brasil, processos de despovoamento, inclusive de áreas urbanas, é um fenômeno historicamente observado, especialmente quando focamos áreas que passaram por ciclos, frentes, ou mesmo fronteiras de expansão econômica (FERREIRA, 1995; GODFREY e BROWDER, 1996; SANTOS, 2013).

O próprio estado de Minas Gerais é um bom exemplo disso. Nos séculos XVIII e XIX com a exploração e o esgotamento de minerais preciosos, ocorreram rápida expansão e declínio de cidades e regiões, que acabaram por não apresentar sustentabilidade econômica no médio e longo prazos.

Por sua vez, no século XX, a expansão das fronteiras de exploração extrativistas, agrícolas e minerais, nas áreas de cerrado e mais ao norte nos biomas de floresta amazônica, favoreceram o florescimento e o declínio populacional de diversas áreas, inclusive de cidades inteiras. Especialmente, quando as propriedades agrícolas foram delimitadas, os recursos de mais fácil exploração, como madeiras e minérios, se esgotaram e a região não conseguiu desenvolver setores econômicos competitivos e sustentáveis (FERREIRA, 1995; GODFREY e BROWDER, 1996).

Normalmente, esses ciclos caracterizam-se por rápida expansão da população urbana com enormes déficits de infraestrutura (saneamento, habitação, transporte, saúde e educação) e aumento das densidades populacionais e habitacionais. Em seguida, no fim do ciclo, se observa exatamente o oposto: cidades praticamente vazias, com subutilização dos equipamentos, muitas vezes problemas ambientais e baixa geração de empregos.

Em termos internacionais, vários países europeus e entre eles especialmente Portugal e Espanha, historicamente possuíam uma elevada proporção de suas populações residindo em áreas rurais. Porém, nas últimas décadas, essas áreas também estão passando por intensos processos de despovoamento. Collantes, Pinilla e Silvestre (2013) destacam que o despovoamento na Europa tem atingido muitas áreas rurais e está se tornando uma ameaça às economias locais, comprometendo a manutenção de pequenas vilas e povoados. Ao examinar

a população de oito países da União Europeia, os autores mostram que desde o século XIX até o ano 2000, o processo de despovoamento ocorreu na França, Itália, Portugal, Espanha e Reino Unido e que entre 1950 e 2000, a Suécia passou a integrar o grupo. Nesses países, a combinação de baixíssimas taxas de fecundidade, com a migração dos jovens para centros urbanos mais dinâmicos tem selado o esvaziamento de muitas localidades.

De acordo com Johnson e Litcher (2019), 24% dos condados americanos estão passando pelo processo de despovoamento e desse total, 91% são rurais. O despovoamento das áreas rurais ocorre nas grandes planícies americanas e na faixa que vai de norte a sul dos estados de Dakota, passando por Nebraska, Kansas e de Oklahoma até a parte central do Texas. Clusters de despovoamento também estão evidentes no norte da região dos Grandes Lagos, no delta do Mississippi e nas regiões de minas do oeste da Virgínia e Kentucky. Não obstante, há condados rurais na contramão do despovoamento, com taxas positivas de crescimento populacional, tais como na parte oeste do país, ao longo das costas do Pacífico ou do Atlântico. Tais regiões beneficiam-se da proximidade com áreas metropolitanas que demandam mão de obra, oferecem serviços e atividades econômicas, ou são centros de recreação para a terceira idade, atraindo turistas aposentados e empreendedores.

Por sua vez, quando são observados países e regiões mais intensivamente industrializados, há toda uma literatura, já bem desenvolvida, sobre os processos de urbanização e deslocamento populacional campo-cidade. No entanto, nesses espaços, principalmente a partir do final do século passado, verificou-se que áreas fortemente industrializadas também começaram a apresentar perda de dinamismo econômico acompanhada de intenso despovoamento das cidades (GUIMARÃES, BARREIRA E PANAGOPOULOS, 2015). Rechlowicz e Tkocz (2013) compararam os processos demográficos de esvaziamento de regiões europeias industriais tradicionais na Polônia (bacia do Alto Silésia) e Ucrânia (bacia do rio Donest) nos últimos 20 anos, antigas regiões minerais e intensamente industrializadas durante o comunismo, e verificaram que o processo de reestruturação industrial em ambas as regiões foi o responsável pela emigração da população e pelo despovoamento. As altas taxas de desemprego, diminuição da renda domiciliar e do padrão de vida levaram a população dessas regiões a emigrarem, levando ao esvaziamento dos centros urbanos e o refluxo de mão de obra jovem e especializada.

Há também exemplos de despovoamento, por questões relacionadas a tragédias ambientais, tanto naturais, quanto causadas pela ação do próprio homem, como nos casos de Chernobil, na extinta União Soviética, ou mesmo mais recentemente o acidente nuclear de Fukushima no Japão. E também pelo mau uso dos recursos disponíveis como, por exemplo, nos processos de desertificação de solos em países africanos como Mali, Níger, Chade e o Sudão, que têm expulsado populações de suas regiões de origem (SAIER JR, 2007).

Especificamente nas próximas décadas, no caso do Brasil, o que chama a atenção é que o despovoamento de algumas regiões também ocorrerá em áreas urbanas consolidadas, inclusive de maior porte populacional, como já ocorre em Portugal e França. De acordo com Guimarães, Barreira e Panagopoulos (2015) a cidade de Lisboa, entre 1996 e 2001, perdeu em média mais de 1,75% de sua população anualmente. A cidade do Porto também sofreu decremento de 1,37% ao ano, nesse mesmo período. No caso da França, grande parte das pequenas áreas urbanas que vêm sofrendo despovoamento encontram-se isoladas de infraestrutura e rede urbana e localizam-se, principalmente, entre as regiões de Ardenas e os Pirineus, passando pelo Maciço Central.

Analisando, todos esses casos, mesmo considerando os distintos contextos históricos, geográficos e econômicos, alguns aspectos podem ser entendidos como traços relativamente comuns:

- Em todos os casos, o despovoamento está intrinsecamente relacionado à decadência de centros e polos econômicos que em algum momento no tempo foram dinâmicos;
- O despovoamento envolve direta e profundamente as populações jovens e suas perspectivas quanto ao futuro, inclusive no que se refere à sua fecundidade;
- O despovoamento significa subutilização de recursos econômicos e de infraestrutura disponíveis.

### **3. Dinâmicas demográficas em Minas Gerais no século XX e XXI**

Em 1970 a população de Minas Gerais era de cerca de 11,4 milhões de pessoas, em 1980 era de 13,3 milhões e chegou ao século XXI com uma população de 17,9 milhões de pessoas. Segundo estimativas do IBGE (2018), em 2020 a população do estado alcançará cerca de 21,3 milhões de habitantes, ultrapassará os 22,4 milhões em 2040 e começará a decrescer a partir de então, atingindo o patamar de 21,1 milhões de pessoas em 2060 (Projeções IBGE, 2018).

O ritmo de crescimento da população é resultado do comportamento dos três componentes da dinâmica demográfica: a fecundidade, a mortalidade e a migração. Pela Tabela 1 verifica-se o decréscimo da fecundidade ao longo de todo o período analisado, passando de 6,3 filhos por mulher, na década de 1960, para o patamar de 4,3 filhos por mulher, na década de 1970, 2,2 filhos por mulher, no decênio de 1990, chegando praticamente ao nível de reposição, e 1,8 filhos por mulher no primeiro decênio do século XXI.

A migração, sobretudo a emigração, também teve trajetória descendente. Entre 1965 e 1970, Minas Gerais registrou um saldo migratório negativo superior a 1,5 milhões de pessoas, o que correspondeu a uma Taxa Líquida de Migração (TLM) de -4,3%. Nos anos seguintes, a TLM foi de -1,8%, entre 1975 e 1980, -0,7%, entre 1986 e 1991, e 0,2%, entre 1995 e 2000. O estado que foi, durante muitas décadas, caracterizado por saldos migratórios negativos, conseguiu reverter e equilibrar a tendência de grandes perdas populacionais.

A mortalidade, outro componente da dinâmica demográfica, também apresentou queda gradual em Minas Gerais, a partir da segunda metade do século XX. Na década de 1960, a taxa de mortalidade infantil no estado era de 110,2 óbitos, para cada mil crianças nascidas vivas, passou para 35,0 no decênio de 1980, 15 mortes para cada mil nascidos vivos, nos anos 2000, e 9,2 óbitos para cada mil nascidos vivos, nos anos de 2010. Por outro lado, houve incremento continuado da esperança de vida ao nascer, que era de 54,3 anos, na década de 1960, subiu para 67,7 anos, entre 1980 e 1991, e alcançou o nível de 78,2 anos, nos anos de 2010.

Os dados da Tabela 1 mostram o peso da fecundidade para o crescimento populacional do estado, principalmente nas décadas de 1960, 1970 e 1980. O elevado nível das taxas de fecundidade mais que compensou o refluxo populacional do estado, permitindo que a população de Minas Gerais tivesse crescimento positivo, apesar da massiva saída de população. A partir de 2010, espera-se que os níveis de fecundidade sejam cada vez menores e que o crescimento positivo da população (até 2040) seja devido ao resqúcio da estrutura etária, resultante das altas taxas de fecundidade verificadas no passado.

**Tabela 1. População total, Taxa de Fecundidade Total (TFT), Taxa de Mortalidade Infantil, esperança de vida ao nascer e Taxa Líquida de Migração (TLM) e Taxas geométricas de crescimento, Minas Gerais – 1970-2060**

Anos	População Total	Taxa de Fecundidade Total (TFT)	Taxa de Mortalidade Infantil (TMI)	Esperança de vida ao nascer	Período	Taxa Líquida de Migração (TLM)	Períodos	Taxa de crescimento (%)
1970	11.487.415	6,3	110,2	54,3	1965-1970	-4,5	1970-1980	1,5
1980	13.380.105	4,3	75,7	63,5	1975-1980	-1,8	1980-1991	1,5
1991	15.743.152	2,5	35	67,7	1986-1991	-0,7	1991-2000	1,4
2000	17.891.494	2,2	27,7	70,5	1995-2000	0,2	2000-2010	0,9
2010	19.597.330	1,8	15	75,3	2005-2010	-0,1	2010-2020	0,8
2020	21.292.666	1,6	9,2	78,2	2015-2020	-0,12	2020-2030	0,4
2030	22.220.112	1,6	6,6	80	2025-2030	-0,1	2030-2040	0,1
2040	22.473.382	1,5	5,4	81,2	2035-2040	-0,1	2040-2050	-0,2
2050	22.085.730	1,5	4,9	81,9	2045-2050	-0,1	2050-2060	-0,4

Fonte dos dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2016 e 2018. Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

## 2.1 As Projeções por Mesorregiões

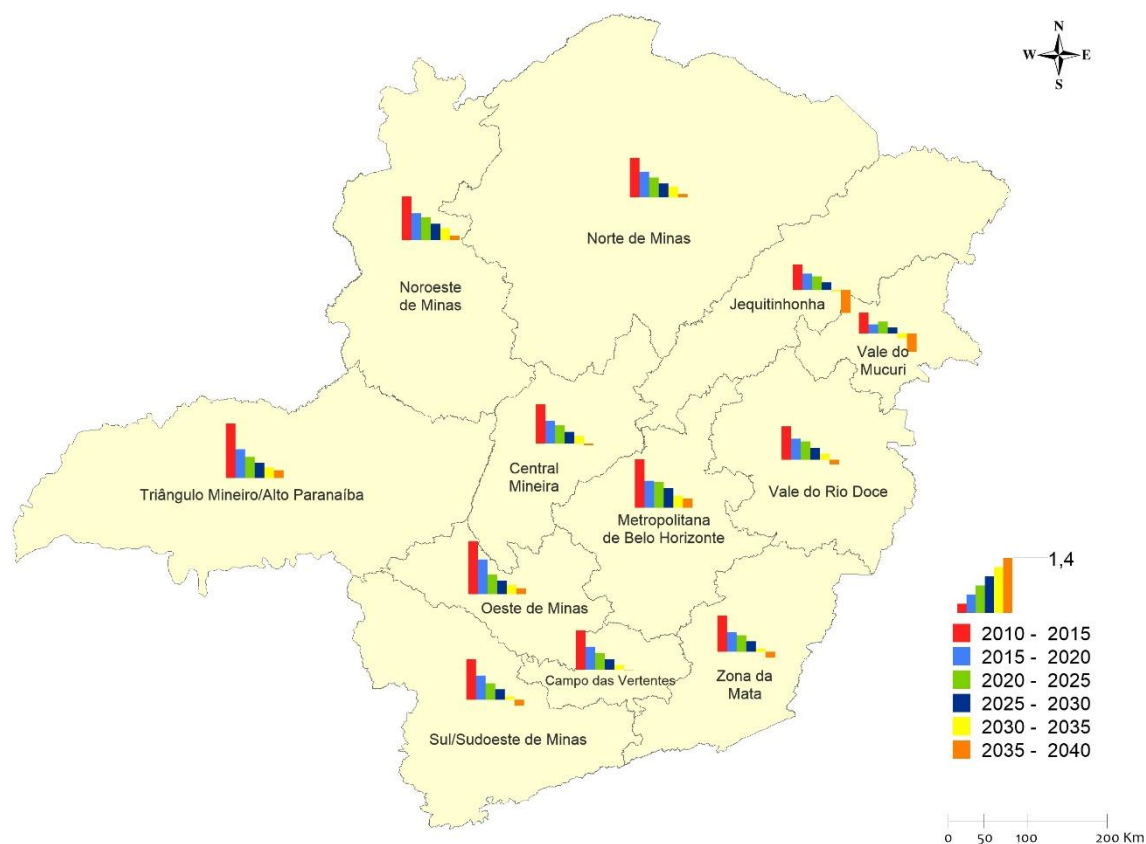
Em consonância com a tendência de decréscimo da população estadual, as projeções populacionais por mesorregiões demonstram o arrefecimento generalizado do ritmo de crescimento de suas respectivas populações e as diferenças entre elas. Verifica-se pela Figura 2 que o crescimento populacional se manterá positivo para todas as mesorregiões até 2030 e já nessa década, haverá decréscimo anual da população no Jequitinhonha (-0,05%) e Vale do Mucuri (-0,10%). Em 2040, além das duas mesorregiões já mencionadas, a população começará a diminuir também no Campos das Vertentes (-0,008%), Central Mineira (-0,03%), Sul/Sudoeste de Minas (-0,14%), Vale do Rio Doce (-0,10%) e Zona da Mata (-0,13%).

A distribuição populacional de Minas Gerais é caracterizada por contrastes entre as mesorregiões e evidencia, de forma global, os diferenciais de dinamismo econômico do estado. Em 2010, apenas quatro, das doze mesorregiões do estado, concentravam mais de 65% da população estadual: Metropolitana de Belo Horizonte (31,8%), Sul/Sudoeste de Minas (12,4%), Zona da Mata (11,0%) e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (10,9%).

A mesorregião do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, as primeiras a apresentarem decréscimo populacional a partir de 2030, com seus 712 mil e 392 mil habitantes, respectivamente, em 2010, representava somente 3,5% e 1,9%, nessa ordem, do total de população do estado. Campo das Vertentes (2,8%), Central Mineira (2,1%) e Noroeste de Minas (1,8%), com diminuição populacional a partir de 2035, também possuíam participação relativa muito pequena no total de população de Minas Gerais. As exceções são Sul/Sudoeste de Minas (12,4%), Zona da Mata (11,0%) e Vale do Rio Doce (8,2%), com participações mais expressivas.

A análise do crescimento das sete mesorregiões que perderão população a partir da década de 2030, por situação de domicílio, revela significativo processo de despovoamento e rápido envelhecimento das áreas rurais (Figura 2). A intensidade desse processo varia entre as mesorregiões e se agrava ao longo do tempo. Entre 2010 e 2015, a população residente nas áreas rurais do Vale do Rio Doce já diminuía num ritmo médio anual de 1,68%, seguida pela população residente na Zona da Mata (-1,63% ao ano) e Campo das Vertentes (1,61% ao ano).

**Figura 2. Taxas de crescimento da população das mesorregiões de Minas Gerais – 2010-2040**

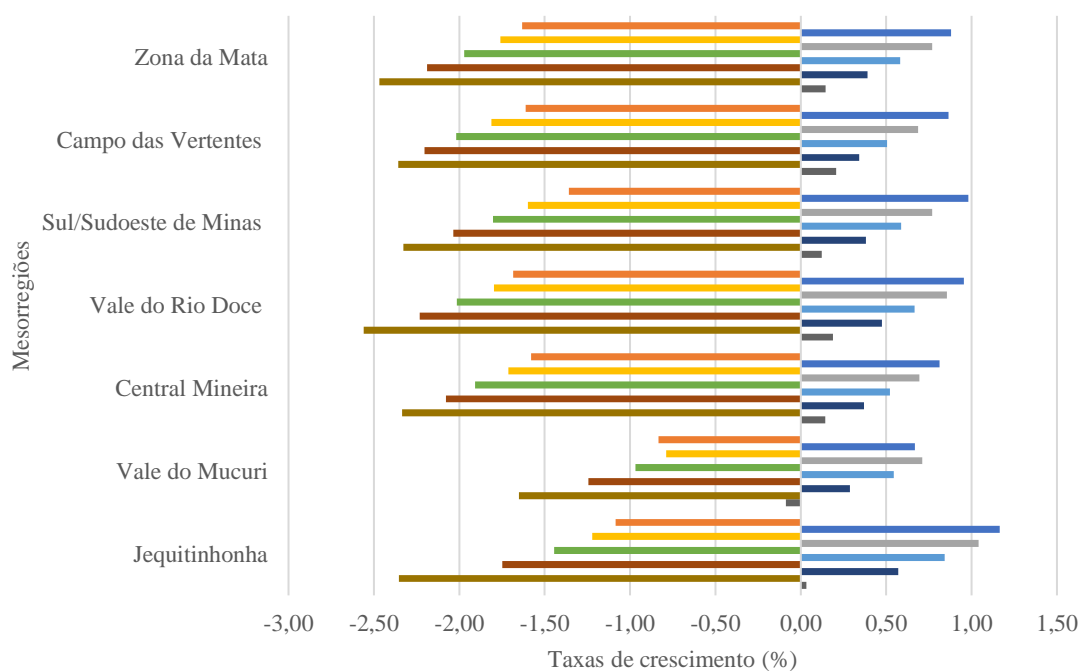


Fonte dos dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2018. Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Políticas Públicas (DPP).

Entre 2035 e 2040, essas populações decrescerão a taxas médias anuais de 2,56%, 2,47% e 2,36%, respectivamente. Em termos de intensidade, Jequitinhonha e Vale do Mucuri serão as mesorregiões que mais sofrerão com a velocidade de perda populacional, com variação das taxas negativas de crescimento, entre 2010 e 2040, da ordem de 117% de 97%, respectivamente. Destaca-se que as populações residentes nas áreas urbanas continuarão crescendo positivamente, mas num ritmo cada vez menor. Porém, no Vale do Mucuri, a população urbana já decrescerá a partir de 2035.



**Figura 2. Taxas de crescimento da população residente nas áreas urbanas e rurais das mesorregiões do Campo das Vertentes, Central Mineira, Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce e Zona da Mata – 2010-2040**



Fonte dos dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2018. Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (DIREI).

Essas diferenças de intensidade no processo de despovoamento e também de envelhecimento evidenciam a relação entre as desigualdades regionais, seja entre regiões e mesmo dentro delas, e a dinâmica demográfica. Conforme Pinilla, Ayuda e Sáez (2008), o despovoamento deve ser visto como um caso específico do fenômeno da migração rural-urbana ocasionada pelo crescimento econômico das cidades e modernização das atividades agropecuárias que, respectivamente, atraíram grande volume de mão de obra e expulsaram a força de trabalho do campo.

Nesse cenário de expressiva queda da fecundidade em toda Minas Gerais, o despovoamento de algumas mesorregiões do estado pode ser entendido como resultado da combinação do crescimento/decrescimento natural populacional e da migração. Sendo que, tudo indica, que a migração urbana-urbana, principalmente de municípios de menor porte para os de maior porte também ganhará relevância.

Analisando o crescimento das mesorregiões, por situação de domicílio e porte populacional, verifica-se que o processo de urbanização ocorrido em Minas Gerais ainda condiciona as taxas de crescimento populacional das áreas urbanas e rurais: zonas urbanas continuam crescendo, apesar da diminuição do ritmo ao longo do tempo, e as áreas rurais diminuem em termos absolutos, com aumento do compasso no horizonte da projeção.

O histórico processo de evasão rural das regiões é evidenciado pelas atuais e futuras taxas de crescimento negativas de todas as categorias de porte populacional, nas sete mesorregiões consideradas neste estudo. O refluxo das áreas rurais, combinado com a diminuição das taxas

de fecundidade, conduzem ao decréscimo absoluto continuado e cada vez mais intenso das populações rurais e conseqüentemente de seu acelerado envelhecimento.

Destaca-se que a migração é seletiva por idade, ou seja, a probabilidade de migrar é elevada entre jovens e adultos e são exatamente esse contingente populacional que pode se reproduzir e contribuir para o incremento de uma região, via crescimento vegetativo.

### 3.1. Mesorregiões com decréscimo populacional: Alguns pontos

Na mesorregião do Jequitinhonha, as taxas de crescimento da população urbana decrescerão, para todas as categorias de municípios, com exceção de Diamantina (acima de 45 mil habitantes), cuja taxa alcançará seu ápice entre 2020 e 2025, e começará a diminuir. A população urbana dos municípios entre 10 e 15 mil habitantes e entre 15 e 25 mil habitantes serão as primeiras a diminuir em termos absolutos, a partir do quinquênio de 2035-2040 (Tabela 1). As áreas urbanas dos municípios que mais crescerão no final do período analisado serão aquelas pertencentes ao grupo de municípios entre 35 e 45 mil habitantes (Almenara e Araçuaí).

**Tabela 2. Taxas de crescimento da população urbana e rural da mesorregião do Jequitinhonha, por porte populacional – 2015-2040**

Porte populacional	2015-2020		2020-2025		2025-2030		2030-2035		2035-2040	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Até 10.000 hab.	1,25	-1,42	1,14	-1,53	0,91	-1,76	0,57	-2,10	0,04	-2,63
De 10.001 a 15.000 hab.	1,02	-0,67	0,98	-0,71	0,80	-0,90	0,60	-1,09	-0,22	-1,91
De 15.001 a 25.000 hab.	0,78	-0,16	0,62	-0,32	0,46	-0,48	0,18	-0,76	-0,61	-1,55
De 25.001 a 35.000 hab.	1,92	-2,13	1,69	-2,36	1,36	-2,69	0,90	-3,15	0,24	-3,81
De 35.001 a 45.000 hab.	1,17	-1,72	0,96	-1,93	0,74	-2,14	0,61	-2,28	0,52	-2,37
De 45.001 a 50.000 hab.	0,68	-1,00	0,70	-0,98	0,53	-1,15	0,22	-1,46	0,17	-1,50
Jequitinhonha	1,12	-1,05	0,99	-1,16	0,78	-1,35	0,50	-1,60	-0,02	-2,21

Fonte dos dados básicos: Fundação João Pinheiro, Projeções populacionais, 2018. Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

No Vale do Mucuri, somente Nanuque (único município com população, em 2010, entre 35 e 45 mil habitantes) perde população urbana a partir de 2015, enquanto sua população rural continuará a crescer mais lentamente e começará a diminuir a partir de 2035. Os demais municípios têm perdido população rural desde 2015, com destaque para aqueles menores de 10 mil habitantes que sofrerão decréscimo de população rural de quase 3,0%, entre 2035-2040 (Tabela 2). Teófilo Otoni é o maior município da região (acima de 100 mil habitantes em 2010). Sua taxa de crescimento urbana continuará a crescer até 2020, quando chegará a 0,85% ao ano, no quinquênio de 2020-2025.

**Tabela 3. Taxas de crescimento da população urbana e rural da mesorregião do Vale do Mucuri, por porte populacional – 2015-2040**

Porte populacional	2015-2020		2020-2025		2025-2030		2030-2035		2035-2040	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Até 10.000 hab.	0,98	-1,70	0,97	-1,71	0,74	-1,94	0,42	-2,26	-0,27	-2,95
De 10.001 a 15.000 hab.	1,30	-0,66	1,31	-0,64	1,11	-0,84	0,82	-1,13	0,38	-1,58
De 15.001 a 25.000 hab.	0,56	-0,66	0,61	-0,62	0,44	-0,79	0,18	-1,05	-0,36	-1,59
De 35.001 a 45.000 habitantes	-0,26	0,53	-0,20	0,59	-0,36	0,44	-0,60	0,19	-1,38	-0,59
De 100.001 a 150.000 hab.	0,80	-0,64	0,85	-0,60	0,68	-0,76	0,43	-1,02	0,37	-1,07
Vale do Mucuri	0,68	-0,85	0,72	-0,82	0,55	-0,99	0,29	-1,25	-0,08	-1,69

Fonte dos dados básicos: Fundação João Pinheiro, Projeções populacionais, 2018. Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

As populações urbanas de Ipatinga e Governador Valadares, cidades do Vale do Rio Doce com mais de 150 mil habitantes, apresentarão menos retração de suas taxas de crescimento, quando comparadas às demais cidades da região, passando de 0,68% ao ano, entre 2015 e 2020, para 0,41%, entre 2035 e 2040. Por outro lado, as taxas de crescimento da população rural diminuirão mais de 500%, passando de -0,05% para -0,32%, entre os dois períodos analisados. As áreas urbanas dos municípios entre 15 mil e 25 mil habitantes e até 10 mil habitantes, serão as que mais decrescerão chegando no quinquênio de 2035-2040, com taxas médias anuais de -0,14% e -0,03%, respectivamente.

**Tabela 4. Taxas de crescimento da população urbana e rural da mesorregião do Vale do Rio Doce, por porte populacional – 2015-2040**

Porte populacional	2015-2020		2020-2025		2025-2030		2030-2035		2035-2040	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Até 10.000 habitantes	1,28	-1,62	1,13	-1,77	0,89	-2,01	0,58	-2,32	-0,03	-2,93
De 10.001 a 15.000 habitantes	1,23	-2,02	1,12	-2,14	0,86	-2,40	0,58	-2,68	0,05	-3,21
De 15.001 a 25.000 habitantes	0,96	-1,63	0,89	-1,70	0,68	-1,91	0,45	-2,13	-0,14	-2,73
De 25.001 a 35.000 habitantes	1,44	-1,95	0,94	-2,46	0,71	-2,68	0,47	-2,92	0,07	-3,32
De 45.001 a 100.000 habitantes	0,98	-0,76	0,81	-0,94	0,64	-1,10	0,47	-1,27	0,42	-1,32
De 100.001 a 150.000 habitantes	0,52	0,73	0,66	0,87	0,51	0,71	0,30	0,51	0,27	0,47
De 150.001 a 300.000 habitantes	0,68	-0,05	0,68	-0,04	0,53	-0,20	0,44	-0,28	0,41	-0,32
Vale do Rio Doce	0,94	-1,59	0,85	-1,73	0,66	-1,94	0,47	-2,18	0,20	-2,66

Fonte dos dados básicos: Fundação João Pinheiro, Projeções populacionais, 2018. Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Conforme mencionado anteriormente, a mesorregião Campo das Vertentes começará a perder população a partir de 2035. Não obstante, no cômputo geral, as áreas rurais de todos os seus municípios tem decrescido desde 2015, principalmente daqueles com até 10 mil habitantes e entre 10 e 15 mil habitantes (Tabela 3). Em 2035, as áreas urbanas do município com até 10 mil habitantes também começarão a diminuir, num ritmo médio anual de 0,02%. Verifica-se pelos dados que a população urbana de Nepomuceno (único município da região entre 25 mil e 35 mil habitantes, em 2010) apresentará as menores velocidades de retração, passando de 0,88% ao ano, entre 2015 a 2020, para média anual de 0,36%, entre 2035 e 2040. No final do período analisado, a população urbana de Barbacena, por sua vez, o maior município da mesorregião Campo das Vertentes, crescerá a uma taxa de 0,24% ao ano, enquanto sua população rural decrescerá -0,60 ao ano.

**Tabela 5. Taxas de crescimento da população urbana e rural da mesorregião do Campo das Vertentes, por porte populacional – 2015-2040**

Porte populacional	2015-2020		2020-2025		2025-2030		2030-2035		2035-2040	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Até 10.000 habitantes	1,11	-1,90	0,91	-2,11	0,69	-2,33	0,33	-2,69	-0,02	-3,04
De 10.001 a 15.000 habitantes	1,44	-1,83	1,11	-2,16	0,85	-2,41	0,69	-2,58	0,38	-2,89
De 15.001 a 25.000 habitantes	0,87	-0,41	0,59	-0,69	0,43	-0,85	0,28	-1,00	0,24	-1,05
De 25.001 a 35.000 habitantes	0,88	-1,54	0,70	-1,71	0,50	-1,91	0,43	-1,98	0,36	-2,06
De 50.001 a 100.000 habitantes	0,65	-0,98	0,53	-1,10	0,37	-1,26	0,27	-1,36	0,23	-1,40
De 100.001 a 150.000 habitantes	0,67	-0,17	0,52	-0,32	0,37	-0,48	0,28	-0,56	0,24	-0,60
Campo das Vertentes	0,84	-1,41	0,66	-1,61	0,48	-1,79	0,33	-1,96	0,20	-2,13

Fonte dos dados básicos: Fundação João Pinheiro, Projeções populacionais, 2018. Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Os dados da Tabela 6 mostram que as áreas urbanas dos municípios entre 15 e 25 mil habitantes, localizados na mesorregião Central, começarão a diminuir a partir de 2030, a uma taxa média de 0,12% ao ano (2030-2035) e que entre 2035 e 2040, as zonas urbanas dos municípios com até 10 mil habitantes e entre 10 e 15 mil habitantes também começarão a diminuir. Verifica-se

que os municípios que mais perderão população nas áreas urbanas e rurais serão os menores (até 25 mil habitantes). As áreas urbanas dos municípios entre 25 e 35 mil habitantes (Pompéu e Três Marias) e acima de 45 mil residentes (Bom Despacho, Curvelo e Três Marias) continuarão aumentando numa velocidade menor do que no passado e suas zonas rurais perderão cada vez mais população.

**Tabela 6. Taxas de crescimento da população urbana e rural da mesorregião do Central Mineira, por porte populacional – 2015-2040**

Porte populacional	2015-2020		2020-2025		2025-2030		2030-2035		2035-2040	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Até 10.000 habitantes	1,10	-1,21	0,86	-1,46	0,66	-1,65	0,33	-1,99	-0,27	-2,58
De 10.001 a 15.000 habitantes	0,63	-1,56	0,45	-1,74	0,28	-1,92	0,21	-1,98	-0,24	-2,43
De 15.001 a 25.000 habitantes	0,44	-1,37	0,28	-1,53	0,12	-1,69	-0,12	-1,93	-0,49	-2,30
De 25.001 a 35.000 habitantes	0,98	-0,65	0,76	-0,87	0,60	-1,03	0,53	-1,10	0,49	-1,14
De 45.001 a 100.000 habitantes	0,78	-1,87	0,78	-1,86	0,61	-2,03	0,51	-2,13	0,46	-2,18
Central	0,79	-1,36	0,68	-1,53	0,51	-1,71	0,36	-1,91	0,15	-2,28

Fonte dos dados básicos: Fundação João Pinheiro, Projeções populacionais, 2018. Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Na mesorregião Sul/Sudoeste, os primeiros municípios que perderão população absoluta serão os menores (até 15 mil habitantes), com taxas de crescimento negativas para as populações urbanas e rurais. As taxas de crescimento das populações urbanas dos municípios entre 45 mil e 100 mil habitantes e entre 150 mil e 300 mil habitantes serão as que diminuirão mais lentamente entre os quinquênios de 2015-2020 e 2035-2040, chegando no final do período com 0,38% e 0,33%, respectivamente (Tabela 5). Entre as cidades entre 45 mil e 100 mil residentes, as que mais sofrerão incremento de sua população entre 2015 e 2040 serão Alfenas e Três Corações, e entre os municípios entre 100 mil e 150 mil habitantes, serão Pouso Alegre e Varginha. De acordo com Carvalho e Rigotti (2015), entre as cidades médias de Minas Gerais, Pouso Alegre e Varginha têm se destacado, polarizando o sul de Minas Gerais e as metrópoles paulistas, apresentando saldos migratórios positivos e taxas líquidas de migração significativas, principalmente Pouso Alegre.

Chama atenção as elevadas taxas de crescimento negativas das áreas rurais da mesorregião, desde 2015, sobretudo nas cidades entre 25 mil e 35 mil habitantes e entre 100 mil e 150 mil pessoas – acima da média regional.

**Tabela 7. Taxas de crescimento da população urbana e rural da mesorregião do Sul/Sudoeste de Minas, por porte populacional – 2015-2040**

Porte populacional	2015-2020		2020-2025		2025-2030		2030-2035		2035-2040	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Até 10.000 habitantes	0,95	-0,97	0,80	-1,11	0,61	-1,30	0,31	-1,61	-0,29	-2,20
De 10.001 a 15.000 habitantes	1,07	-1,32	0,88	-1,51	0,67	-1,72	0,39	-1,99	-0,28	-2,67
De 15.001 a 25.000 habitantes	0,93	-1,00	0,70	-1,23	0,52	-1,41	0,32	-1,60	0,05	-1,88
De 25.001 a 35.000 habitantes	1,66	-3,07	1,08	-3,65	0,82	-3,91	0,52	-4,21	0,41	-4,32
De 45.001 a 100.000 habitantes	1,02	-1,05	0,60	-1,48	0,42	-1,65	0,43	-1,64	0,38	-1,70
De 100.001 a 150.000 habitantes	0,58	-3,60	0,66	-3,53	0,50	-3,69	0,21	-3,98	0,16	-4,02
De 150.001 a 300.000 habitantes	0,90	-0,93	0,61	-1,22	0,45	-1,38	0,37	-1,46	0,33	-1,50
Sul/Sudoeste de Minas	0,78	-3,08	0,59	-3,26	0,43	-3,43	0,27	-3,58	0,22	-3,63

Fonte dos dados básicos: Fundação João Pinheiro, Projeções populacionais, 2018. Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Na Zona da Mata os municípios menores (até 10 mil residentes) serão os primeiros a perder população absoluta. A taxa de crescimento da população urbana desses municípios, entre os

quinquênio de 2015-2020 e 2035-2040, diminuirão cerca de 113% e a taxa de crescimento da população rural, em torno de menos 91,0%. O menor arrefecimento das taxas de crescimento ocorrerá nas áreas urbanas das cidades entre 45 mil e 100 mil habitantes. Fazem parte dessa categoria os municípios de Manhuaçu, Viçosa, Cataguases, Leopoldina e Ponte Nova. Por outro lado, os maiores decrementos de população rural ocorrerão nas cidades entre 100 mil e 150 mil habitantes (queda superior a 400% entre o primeiro e último quinquênio analisado) e nos municípios entre 25 mil e 35 mil habitantes (queda de 379%). Os municípios que fazem parte desses dois grupos são Muriaé e Ubá (primeiro grupo) e Além Paraíba, Carangola e São João Nepomuceno (segundo grupo).

**Tabela 8. Taxas de crescimento da população urbana e rural da mesorregião do Zona da Mata, por porte populacional – 2015-2040**

Porte populacional	2015-2020		2020-2025		2025-2030		2030-2035		2035-2040	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Até 10.000 habitantes	1,2	-1,5	1,1	-1,6	0,8	-1,8	0,5	-2,2	-0,2	-2,8
De 10.001 a 15.000 habitantes	1,1	-1,5	0,9	-1,7	0,7	-1,9	0,5	-2,1	0,0	-2,6
De 15.001 a 25.000 habitantes	1,2	-1,0	1,0	-1,2	0,8	-1,4	0,5	-1,7	0,2	-2,0
De 25.001 a 35.000 habitantes	0,6	-1,3	0,4	-1,5	0,3	-1,6	0,2	-1,7	0,1	-1,8
De 45.001 a 100.000 habitantes	0,8	-1,3	0,9	-1,3	0,7	-1,5	0,5	-1,6	0,5	-1,7
De 100.001 a 150.000 habitantes	0,7	-1,1	0,6	-1,2	0,4	-1,4	0,3	-1,5	0,2	-1,6
De 150.001 a 300.000 habitantes	0,8	-4,7	0,8	-4,6	0,6	-4,8	0,4	-5,0	0,3	-5,1
Acima de 500.000 habitantes	0,6	3,7	0,4	3,6	0,3	3,4	0,2	3,4	0,1	3,3
Zona da Mata	0,8	-1,3	0,7	-1,4	0,5	-1,6	0,4	-1,8	0,1	-2,1

Fonte dos dados básicos: Fundação João Pinheiro, Projeções populacionais, 2018. Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

#### 4. Discussão e conclusões

A combinação da rápida redução das taxas de fecundidade em todas as regiões do estado de Minas Gerais com os históricos saldos migratórios negativos, especialmente em algumas áreas de baixo dinamismo econômico, tem reforçado uma tendência, de decréscimo populacional prevista para os próximos 30 anos, assim como vem ocorrendo na Europa e Estados Unidos. Destaca-se que a intensidade e o *timing* desse processo variam consideravelmente entre Minas Gerais, sobremaneira em suas mesorregiões localizadas mais ao norte do estado, e os países desenvolvidos. Os processos são diferentes e, portanto, os padrões de despovoamento se diferem entre si, mas não há dúvidas quanto a associação do despovoamento, as transformações econômicas contemporâneas e os desequilíbrios demográficos.

Johnson, Field e Poston (2015) realizaram regressões bivariadas e multivariadas entre os fatores demográficos prevalentes em regiões da Europa e Estados Unidos e o decréscimo populacional. Os autores verificaram a relevância de três variáveis conjuntas no processo: elevada proporção de idosos com 65 anos ou mais de idade, pequena proporção de mulheres em idade reprodutiva e baixas taxas de fecundidade. Observaram também que há influência das distâncias entre as regiões analisadas e as áreas metropolitanas e o decréscimo de população: áreas mais remotas tendem a ter maiores decrementos do que áreas mais próximas.

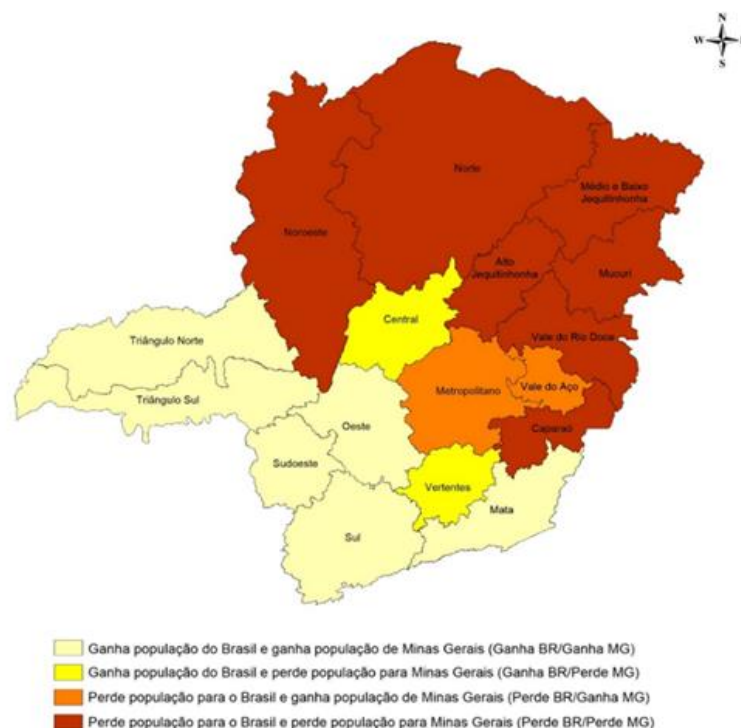
Apesar de não ter sido realizada uma análise do impacto da migração na estrutura etária das mesorregiões de Minas Gerais, as conclusões de Johnson, Field e Poston (2015) mostram algumas similaridades entre o despovoamento em pequenas áreas na Europa e Estados Unidos e o despovoamento no estado. Marques et al. (2018) analisam a origem e destino dos migrantes residentes nos territórios de desenvolvimento de Minas Gerais, no quinquênio de 2005/2010, e mostram que as perdas populacionais, tanto para o restante do Brasil, quanto para outros municípios do estado, ocorreram entre os territórios localizados mais ao norte e noroeste de

Minas Gerais (Figura 3). Embora os territórios de desenvolvimento e as mesorregiões não possuam correspondência perfeita e a temporalidade das projeções seja diferente dos dados censitários, é evidente o relevante papel das migrações no despovoamento de algumas mesorregiões, seja pela perda populacional em si, seja pelo impacto na estrutura etária da região, em virtude da seletividade por idade da migração.

Apesar dos fatores que têm levado ao decréscimo populacional em diferentes regiões do mundo estarem inseridos nas transformações econômicas, sociais e tecnológicas do último século, as causas imediatas de tal decréscimo são demográficas. No caso dos Estados Unidos, a elevada concentração de taxas negativas de crescimento vegetativo em partes dos estados de Iowa e Illinois, sobretudo em condados rurais, reflete a associação histórica entre essa variável e a produção agrícola e emigração de jovens em idade produtiva. O decréscimo natural de população também é observado em áreas há muito dependentes de atividades florestais e minerárias, como na região dos Grandes Lagos, no nordeste americano e nos Apalaches. Destacam, porém, que nem sempre regiões com crescimento vegetativo negativo caracterizam-se por despovoamento.

Em Minas Gerais, os desequilíbrios regionais de oferta de emprego e renda e estagnação econômica, bem como dinamismo econômico são apontados como fatores de expulsão e atração populacional, nessa ordem. Teófilo Otoni e Governador Valadares, por exemplo, municípios de médio porte e centros regionais localizados no Vale do Mucuri e Vale do Rio Doce, respectivamente, perderam em torno de 3,0% e 2,5% de população, no período de 2005/2010, muito provavelmente devido à estagnação econômica vivenciada por eles (MARQUES, et al, 2018).

**Figura 3. Minas Gerais e seus Territórios de Desenvolvimento, por tipologia de Migração – 2005/2010**



Fonte: Marques et al, (2018).

Johnson Lichter (2019) reconhecem a importância dos fluxos migratórios no processo de despovoamento americano, inclusive no estágio inicial dele, quando grande volume de jovens adultos emigrou para outras regiões e impactam a estrutura etária das regiões de origem. Nesses casos, permanecem na origem baixo percentual de mulheres em idade reprodutiva e muito provavelmente, baixo número de nascimentos. Combinado a isso está o aumento relativo da população idosa e, por conseguinte, o incremento das taxas de mortalidade. De acordo com os autores, entre 1950 e 2010, os condados rurais americanos que sofreram com o processo de despovoamento expulsaram, em média, 43% de sua população entre 20 e 24 anos de idade. E entre 2000 e 2010, 60% deles tiveram mais óbitos do que nascimentos.

Em Minas Gerais, mesmo considerando as projeções que indicam o declínio populacional em sete mesorregiões do estado até os anos 2035 – 2040, verifica-se que esse fenômeno é mais fortemente observado em áreas cujas proporções de população rural são relativamente maiores como no Vale do Rio Doce, Mucuri, Jequitinhonha (Figura 1). Nessas regiões, nas últimas décadas, a elevada fecundidade “compensava” a elevada emigração populacional, garantindo taxas de crescimento populacional positivas.

Pode-se afirmar que as populações tendem a viver, cada vez mais, nas cidades, onde o acesso aos serviços e as oportunidades no mercado de trabalho são melhores. Assim, nas últimas décadas, grande parte dos trabalhadores rurais passou a viver em núcleos urbanos. Entre as várias consequências desse processo, muitas cidades, inclusive, pequenas e mesmo de médio porte, viram suas periferias aumentar (BRITO, HORTA e AMARAL, 2001).

Não obstante a histórica migração rural-urbana, o fato é que, atualmente, o processo de despovoamento, antes mais restrito às comunidades rurais, também está se estendendo para as áreas urbanas dos pequenos e médios municípios. Inicialmente, nas localidades com população abaixo de 25.000 habitantes e mais recentemente nos municípios de até 35.000 habitantes. Em Portugal, por exemplo, o tamanho das cidades que estão sofrendo o fenômeno do despovoamento é variável. Há cidades grandes como Lisboa e Porto, conforme mostrado anteriormente, há cidades médias, entre 38 mil e 10 mil habitantes, como Barreiro e Peso da Régua, respectivamente, e também pequenas, com menos de 10 mil habitantes, como é o caso de Gouveia, Moura, Seia, Serpa e Horta (GUIMARÃES, BARREIRA E PANAGOPOULOS, 2015).

De uma forma ou de outra, essas dinâmicas populacionais, já estão modificando a rede urbana dessas regiões. Nesse contexto e entre outros aspectos, se pode dizer que a melhoria, mais recente, dos transportes (novas estradas, acessos pavimentados, inclusive para as zonas rurais, etc.) e melhorias nas comunicações ajudaram muito nesse processo (GUIMARÃES, BARREIRA e PANAGOPOULOS 2015).

Por sua vez, em todas essas regiões que apresentarão decréscimo populacional até 2040, as projeções indicam que também, no médio e no longo prazo, para o “conjunto das áreas urbanas de maior porte” a tendência é também de redução das suas taxas de crescimento populacionais, aproximando-se de zero ou mesmo se tornando negativa nos próximos 20 a 25 anos.

Todos esses aspectos trazem profundas consequências para as demandas por serviços sociais, mercado de trabalho, estruturação urbana, meio ambiente e mesmo para o próprio desenvolvimento econômico dessas regiões.

De uma forma ou de outra, é difícil pensar a manutenção de pessoas em lugares em que não há garantia ou pelo menos a perspectiva, de que elas irão sobreviver, melhorar ou progredirem na vida.

Por sua vez, dado esse contexto, os governos desses municípios, frequentemente, não têm conseguido prover serviços e infraestrutura adequados para essas populações. Aspectos que novamente se constituem em incentivos para que as pessoas e famílias se desloquem para outros locais.

Também como parte desse processo, as antigas áreas rurais que passam por intenso processo emigratório e também com forte redução das taxas de fecundidade, apresentam um aceleradíssimo processo de envelhecimento.

Como já amplamente observado pela literatura, por vários motivos, pessoas mais velhas apresentam maiores dificuldades para migrar. Dessa maneira, esses idosos tendem a permanecer nessas regiões rurais, ou mesmo, nos pequenos municípios. Esse aspecto impõe a essas localidades enormes desafios nas garantias de provimento aos serviços, por exemplo de saúde, assistência social, entre outros. Muitos desses idosos já vêm de gerações que não obtiveram ao longo de seu ciclo de vida acesso a serviços básicos, como os de educação, saneamento e saúde. Essas demandas não satisfeitas do passado se somam a novas demandas características do processo de envelhecimento populacional, como, por exemplo, cuidados mais intensivos com a saúde, assistência social, ou mesmo acesso ao sistema previdenciário.

No caso mineiro, nas regiões (Mucuri, Jequitinhonha, Vale do Rio Doce e mesmo a Zona da Mata) onde havia uma grande população habitando a zona rural no passado, tanto em termos relativos como absolutos observa-se acelerado envelhecimento, em virtude da emigração de jovens.

Mesmo com todos esses desafios e analisando as demandas sociais por grupos etários, é possível identificar oportunidades, para que os recursos sejam mais bem aplicados. Uma das possibilidades seria focar esforços nas crianças que nascem e nas suas famílias e também nos jovens que permanecem nessas regiões<sup>3</sup>.

Em grande medida, a permanência dos jovens em uma determinada região é fundamental para a manutenção do dinamismo econômico. Normalmente, os jovens são mais propensos a assumir riscos, desenvolver novas ideias, empreender, inclusive no sentido de detectar novas oportunidades em áreas que, a princípio poderiam estar estagnadas. Nesse último caso, um ambiente propício para abertura de pequenas empresas pode ser fundamental, inclusive para que esses jovens se sintam incentivados a permanecer nas suas regiões.

No entanto, para que tudo isso ocorra é necessário desenvolver e investir em políticas mais focadas neles. Nesse sentido, por exemplo, o aumento das vagas nas universidades, nessas regiões com economias mais estagnadas pode ser considerada uma boa ideia, inclusive no sentido de atrair talentos de outras regiões e estados. Além disso, o investimento na mão de obra jovem pode auxiliar no aumento da produtividade para ajudar na manutenção da própria população mais velha. Corroborando tais apontamentos, Glaeser (2016, p. 131) reconhece que “pessoas inteligentes e empreendedoras representam a melhor fonte de poder econômico de uma cidade e, à medida que se tornam mais prósperas, elas se preocupam cada vez mais com a qualidade de vida”.

Por sua vez, a subutilização da infraestrutura tende a aumentar seus custos per capita de manutenção. Além disso, a própria renovação dos equipamentos já existentes nas cidades, muitas vezes, também não é feita. Normalmente, em áreas de perda populacional, os imóveis e a terra também tendem a perder valor muito rapidamente, reduzindo o capital disponível

---

<sup>3</sup> O que em última análise reforça a necessidade de se melhor aproveitar a janela de oportunidades demográficas.



regionalmente, enfraquecendo, por exemplo, os mercados imobiliários e reforçando o declínio econômico da área.

Os governos também são profundamente afetados por essa questão. Normalmente, a arrecadação de tributos tende a cair, num contexto onde as demandas sociais permanecem ou mesmo tendem a aumentar, considerando-se o aumento ou mesmo a permanência de elevadas taxas de desemprego e o rápido envelhecimento populacional.

Historicamente, diversos planos foram desenvolvidos e muitos recursos foram aplicados, tendo como mote o desenvolvimento regional com o incentivo para abertura de grandes empresas e indústrias nas áreas mais estagnadas do estado, fato que não garantiu a sustentabilidade econômica, social e nem a sustentabilidade ambiental.

Conforme demonstrado anteriormente, o processo de transição demográfica em Minas Gerais se aproxima do fim e o futuro populacional do estado será, cada vez mais, de tendência decrescente de taxas de crescimento, alcançado nos próximos trinta anos taxas negativas.

Sem dúvida tudo isso impacta de forma profunda alguns desafios que persistem e outros que surgirão, como por exemplo, o rápido processo de envelhecimento populacional e o fechamento da janela de oportunidades demográficas.

Minas Gerais é um estado com uma grande área física, apresentando diversas regiões e paisagens. Sem dúvida, os processos de transformação demográfica atingirão essas áreas de forma distinta. Nesse sentido, esse capítulo, abordou um novo contexto que seria o decréscimo das populações regionais previstas já para os próximos anos e também o espraiamento do processo de despovoamento que passa a não ser restrito a apenas as áreas rurais, mas tende também a atingir cada vez mais os núcleos urbanos, inclusive os de maior porte.

No curto prazo, muito provavelmente, o processo de despovoamento poderá gerar um aumento relativo das demandas e da pobreza, dado o rápido envelhecimento, a intensificação da perda de renda e, conseqüentemente, da perda de arrecadação.

Porém outras questões, se intensificarão ou mesmo surgirão, entre elas: Como garantir melhor qualidade de vida para os idosos que permanecessem nessas áreas? Como melhor aproveitar a infraestrutura e as oportunidades econômicas existentes? Como formular e desenvolver políticas para os jovens, principalmente os oriundos dessas mesmas áreas para que possam permanecer e desenvolver seus talentos? Muito provavelmente, as antigas políticas e formas tradicionais de se lidar com as questões regionais terão dificuldades de lidar com esses novos contextos. Fica o desafio.

## **5. Bibliografia**

ALVES, J. E. D.; VASCONCELOS, D. S.; ALVES, C., A. Estrutura etária, bônus demográfico e população economicamente ativa no Brasil: Cenários de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho, Texto para Discussão, n. 1528, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2010.

BRITO F., HORTA C.J.G., AMARAL E.F.L. 2001. “A urbanização recente no Brasil e as aglomerações metropolitanas.” Trabalho publicado pela Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP – GT Migração, 2001. Disponível em: <<https://osf.io/84b92/download>>. Acesso em: 04 maio de 2019.

BRITO, F. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. *R. bras. Est. Pop.*, São Paulo, v. 25, n. 1, pp. 5-26, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v25n1/v25n1a02>> Acesso em: 04 maio de 2019.

CARVALHO, J.A.M. e BRITO, F. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. *R. bras. Est. Pop.*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 351-369, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v22n2/v22n2a10>> Acesso em: 01 maio de 2019.

CARVALHO, J.A.M. Crescimento populacional e estrutura demográfica no Brasil. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004. Texto para discussão 227. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ladem/files/2009/08/cresc-pop-e-estrutura-demografica-no-br.pdf>> Acesso em: 01 maio de 2019.

COLEMAN, D. e ROWTHORN, R. Who's afraid of population decline? A critical examination of its consequences. *Population and Development Review*, v. 37, 2011, pp. 217-248.

FERREIRA, F. P. M. *Estagnação econômica em área de fronteira agrícola e problemas intra-urbanos: O caso do município de Araguacema – TO*. Dissertação, UnB, 1995.

FERREIRA, F. P. M.; RIBEIRO, A. M. ; RIANI, J. L. R. ; MARINHO, K. R. L. ; CAMARGOS, M. C. S. . População e Políticas Públicas: Tendências e Cenários para Minas Gerais. *Cadernos BDMG*, v. 21, p. 55-85, 2012.

GLAESER, E. O Triunfo da Cidade, São Paulo Ed. BEI, 2ª ed., 2016.

GODFREY, B. J. O. BROWDER, J. O. Disarticulated Urbanization in the Brazilian Amazon, *Geographical Review* Vol. 86, No. 3, *Latin American Geography* pp. 441-445 Jul., 1996.

GUIMARÃES, M.H., BARREIRA, A.P. e PANAGOPOULOS, T. Shrinking Cities in Portugal – Where and Why. *Revista portuguesa de estudos regionais*, n. 40, 2015, pp. 23-41. Disponível em: <http://www.apdr.pt/siterper/numeros/RPER40/40.2.pdf>. Acesso em: 09 maio de 2019.

JOHNSON, K. M., FIELD, L. M., e POSTON, D. L. (2015). More deaths than births: subnational natural decrease in Europe and the United States. *Population and Development Review*, v. 41, n. 4, 2015, pp. 651–680.

LEE, R. The Demographic Transition: Three Centuries of Fundamental Change. *Journal of Economic Perspectives*, v. 17, n. 4, pp. 167-190. 2003.

MARQUES, D.H.F. et al. Minas Gerais no contexto das migrações do Brasil: uma reflexão sobre as trocas populacionais intra e interestaduais no quinquênio de 2005/2010. In: XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2018, Poços de Caldas. Anais do XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2018.

MATANLE, P. e SATO, Y. Coming soon to a city near you! Learning to live 'beyond growth' in Japan's shrinking regions. *Social Science Japan Journal*, v.13, n. 2, 2010, pp. 187 – 210. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/29030670.pdf> Acesso em: 09 maio de 2019.

MATOS, R. População, recursos naturais e poder territorializado: uma perspectiva teórica supratemporal. *R. bras. Est. Pop.*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 451-476, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v29n2/a13v29n2.pdf> Acesso em: 01 maio de 2019.

PAIVA, P.T.A.; WAJNMAN, S. Das causas às consequências econômicas da transição demográfica no Brasil. *R. bras. Est. Pop.*, São Paulo, v. 22, n. 2, pp. 303-322, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbepop/v22n2/v22n2a07.pdf>> Acesso em: 04 maio de 2019.

RECHLOWICZ, M. e TKOCZ, M. Depopulation of traditional mining regions in Central and East Europe: case study of the upper-Silesian Basin (Poland) and the Donetsk Basin (Ukraine). *European Scientific Journal*, special edition, n.3, 2013, pp.450-459. Disponível em: <https://eujournal.org/index.php/esj/article/view/1481>> Acesso em: 04 maio de 2019.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*, Edusp 5ª Ed., 2013.

SAIER JR, Desertification and Migration Water, Air, and Soil Pollution, Volume 205, Supplement 1, pp 31–32 January 2010. <https://link.springer.com/article/10.1007/s11270-007-9429-6> Acesso em: 09 maio de 2019.

SILVA, R.R. e QUEIROZ, P.R.C. O processo de despovoamento da antiga Cand: o caso dos municípios de Fátima do Sul e Glória de Dourados (1970-1990). In: XII Encontro da Associação Nacional de História, Seção Mato Grosso do Sul. 2014. Disponível em: [http://www.encontro.ms.anpuh.org/resources/anais/38/1411231410\\_ARQUIVO\\_OPROCESSODEDESPOVOAMENTODAANTIGACAND-RafaelRamosANPUH-MS.pdf](http://www.encontro.ms.anpuh.org/resources/anais/38/1411231410_ARQUIVO_OPROCESSODEDESPOVOAMENTODAANTIGACAND-RafaelRamosANPUH-MS.pdf)> Acesso em: 04 maio de 2019.

TELÓ, F. e DAVID, C. O rural depois do êxodo: as implicações do despovoamento dos campos no distrito de Arroio do Só, município de Santa Maria/RS, Brasil. *Mundo Agrário*, v. 13, n. 25, 2012. Disponível em: [http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/26262/Documento\\_completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/26262/Documento_completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y)> Acesso em: 04 maio de 2019.

UN - UNITED NATIONS *World Population Ageing Report (2015)*, Department of Economic and Social Affairs, Population Division, New York, 2015. [https://www.un.org/en/development/desa/population/publications/pdf/ageing/WPA2015\\_Report.pdf](https://www.un.org/en/development/desa/population/publications/pdf/ageing/WPA2015_Report.pdf)

### ANEXO A. Minas Gerais e mesorregiões: populações recenseadas e projetadas – 1980 – 2040

Mesorregiões	1980	1991	2000	2010	2015	2020	2025	2030	2035	2040
Campo das Vertentes	413.851	464.983	511.571	554.354	582.035	597.879	609.657	616.931	620.051	619.784
Central Mineira	312.667	348.315	380.992	412.712	433.274	445.404	455.750	462.855	467.017	466.310
Jequitinhonha	604.176	658.238	678.872	699.413	721.729	736.344	748.570	755.216	753.341	732.803
Metropolitana de Belo Horizonte	3.598.468	4.620.624	5.587.808	6.236.117	6.610.564	6.838.792	7.055.533	7.223.494	7.324.402	7.402.283
Noroeste de Minas	278.914	305.285	334.509	366.418	386.088	398.958	410.225	418.615	424.490	426.573
Norte de Minas	1.127.127	1.359.049	1.492.715	1.610.413	1.688.356	1.742.045	1.784.364	1.813.885	1.836.207	1.841.635
Oeste de Minas	618.946	726.059	839.104	955.030	1.018.650	1.062.350	1.088.761	1.107.338	1.118.926	1.126.385
Sul/Sudoeste de Minas	1.667.651	1.961.401	2.250.178	2.438.611	2.560.483	2.638.463	2.694.426	2.730.811	2.743.234	2.723.818
Triângulo mineiro/Alto Paranaíba	1.337.305	1.595.648	1.869.886	2.144.482	2.292.737	2.375.695	2.438.120	2.483.110	2.516.296	2.538.502
Vale do Mucuri	387.772	394.988	380.735	385.413	395.206	399.555	405.308	408.110	406.050	396.784
Vale do Rio Doce	1.394.262	1.461.404	1.534.268	1.620.993	1.687.461	1.731.214	1.771.230	1.798.629	1.812.388	1.803.208
Zona da Mata	1.638.966	1.847.158	2.030.856	2.173.374	2.272.395	2.325.966	2.372.227	2.401.117	2.411.180	2.395.297
<b>Minas Gerais</b>	<b>13.380.105</b>	<b>15.743.152</b>	<b>17.891.494</b>	<b>19.597.330</b>	<b>20.648.978</b>	<b>21.292.666</b>	<b>21.834.171</b>	<b>22.220.112</b>	<b>22.433.582</b>	<b>22.473.382</b>

Fonte dos dados básicos: Instituto Brasileiros de Geografia e Estatística (IBGE), 2016 e 2018. Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).